

“Uma banana para o Brasil”

O editorial do The Economist sobre a dívida brasileira cujo título, traduzido livremente significa “Uma banana para o Brasil”, é o seguinte:

“Graças em grande parte à astixiante incompetência de seu governo, o Brasil não é esse motor econômico que tão facilmente poderia ser. Ao invés disso, permanece a maior ameaça atual à estabilidade do sistema financeiro mundial. Em fevereiro, com sua taxa de inflação voando, e suas reservas estrangeiras esgotadas, ele parou de pagar juros da maior parte dos seus US\$ 110 bilhões de dívida externa. Desde então aprendeu que flertar com o calote não implica punições. No próximo mês, em novas negociações com seus banqueiros, ele vai apresentar mais um

projeto para uma política de erros do passado e do presente, sustentado pela ameaça de uma extensão da moratória, ou algo pior. Já é tempo para os banqueiros dizerem: nestes termos, não emprestamos.

AGÜENTAR, NÃO CEDER.

O sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, o ministro de Finanças do Brasil, diz que precisa de novos empréstimos de cerca de US\$ 4 bilhões neste ano e US\$ 3 bilhões em 1988 — com nenhuma margem de lucro para os bancos. Ele também quer uma prorrogação dos débitos existentes, cujo valor é cada vez mais ilusório, junto com uma taxa de juros baixa para reduzir o seu valor adicional previsto. Apesar disso, algo assim seria aceitável para os bancos se o governo do Brasil, assinasse um acordo de ajuda eventual (stand by) com o Fundo Monetário Internacional — declarando, enfim, que isso é o começo para a compreensão de que uma recuperação permanente não pode acontecer até

que renuncie às negligências fiscais, e aceitando, e cumprindo, um compromisso reconhecidamente mais fraco. Mas não. O sr. Bresser Pereira insiste em que só vai negociar com o FMI apenas depois que os bancos tiverem dado dinheiro.

Tendo o dinheiro, o sr. Bresser Pereira pode considerar sua promessa de falar com o FMI não mais obrigatória, como o compromisso de seu governo de pagar os juros da dívida. Esta é uma das razões pelas quais os banqueiros credores do Brasil devem dizer que não haverá dinheiro novo nem termos melhores sem o FMI. Outra razão é que os credores brasileiros sabiamente ampliaram suas provisões contra os débitos problemáticos do Terceiro Mundo. Isto lhes deu, primeiro, a oportunidade de reduzir sua participação em países como o Brasil com a venda de sua dívida no mercado, com desconto, segundo, uma maior elasticidade financeira para resistir à intimidação do sr.

Bresser Pereira, e, terceiro, uma tarefa ainda maior do que a atual para explicar a seus acionistas os novos empréstimos para o Brasil.

Nos últimos meses, a economia brasileira demonstrou de novo que é capaz de gerar internamente a maioria dos recursos de que precisa para crescer — apesar do peso colocado por um governo obsessivamente intervencionista. Os números comerciais de julho registram o maior superávit já registrado num mês: 1,4 bilhões. Neste ritmo um superávit de mais de US\$ 8 bilhões parece alcançável para 1987 — um ano que começou com um déficit comercial. Isto é mais do que suficiente para o Brasil repor suas reservas e fazer um pagamento de “boa vontade” de cerca de US\$ 400 milhões aos juros da dívida que está retendo, como os bancos têm pedido. O governo não pode ser tentado ao duplo luxo de ter um saudável superávit comer-

cial e um grande buraco onde seu serviço da dívida deveria estar.

É verdade que os números comerciais são parcialmente um sinal de uma política econômica menos estúpida desde a partida do predecessor do sr. Bresser Pereira, o sr. Dilson Funaro, no começo do ano. O novo ministro das finanças anunciou um programa econômico que não hesitou sobre o que estava errado nas ruínas do mal administrado Plano Cruzado de 1986: excessiva renda bruta e muito gasto público, ambos prejudicando o desesperança-do congelamento de preços. Ambos deveriam ser cortados, ele prometeu, e deu sinais de que falava sério. No seu segundo dia de trabalho, por exemplo, ele deu às exportações um grande estímulo ao anunciar uma desvalorização do cruzado maior do que a usual. Mas velhos hábitos morrem dificilmente. Em fevereiro, o presidente José Sar-

ney prometeu cortar a folha de pagamento do setor público, mas o governo, ao contrário, acrescentou a ela 24 mil, entre março e junho.

O tipo de profilaxia numa economia hiperinflacionada não merece subsídios de bancos estrangeiros. O maior favor que os credores podem fazer aos brasileiros (em oposição ao seu governo) é usar o seu novo poder de barganha para insistir que uma melhor administração da economia é a sua condição para a flexibilidade nas futuras negociações da dívida. Isso quase certamente significa um acordo com o FMI. Se, com a ajuda de tal pressão, o setor privado brasileiro pode afrouxar algumas de suas algemas, o País é capaz de um renascimento econômico que levaria banqueiros e outros investidores a emprestar novamente a ele — mas desta vez para financiar empresas que produzem dinheiro e não para sustentar um estilo de governo que só sabe gastar.”